



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Diretoria de Política Econômica
Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores

Índices de Preços no Brasil

Atualizado em fevereiro de 2010



Série
Perguntas
mais Frequentes

Índices de Preços no Brasil

Este texto integra a série “Perguntas Mais Frequentes” (PMF), editada pela Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin) do Banco Central do Brasil, abordando temas econômicos de interesse da sociedade. Com essa iniciativa, o Banco Central do Brasil vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos da nossa realidade, buscando aumentar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. O que são índices de preços? Como são calculados? | 6 |
| 2. Por que existem tantos índices de preços no Brasil? | 6 |
| 3. Quais são esses índices? | 7 |
| 4. Qual a importância dos principais índices de preços? | 7 |
| 5. Em termos históricos, quando e por que se deu a multiplicação de índices usados no País? | 8 |
| 6. Por que a questão dos índices de preços ganhou tanto destaque nos últimos anos? | 8 |
| 7. Em prazo mais longo, como se comparam as evoluções do IPCA e do IGP-DI? | 10 |
| 8. Como o IBGE calcula seus índices? | 11 |
| 9. Como a FGV calcula seus índices? | 13 |
| 10. O que são as prévias do IGP-M? | 13 |
| 11. Como é calculado o IPA? | 14 |
| 12. Como é calculado o IPC da FGV? | 14 |
| 13. Como é calculado o INCC? | 15 |
| 14. Como a Fipe calcula seus índices? | 15 |
| 15. Existem outros índices de preços? | 16 |
| 16. O que é o núcleo de inflação? Como é calculado? | 16 |
| 17. Onde posso obter as séries históricas mencionadas neste documento? | 18 |

Índices de Preços no Brasil

1. O que são índices de preços? Como são calculados?

Índices de preços são números que agregam e representam os preços de uma determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos dessa cesta. Podem se referir, por exemplo, a preços ao consumidor, preços ao produtor, custos de produção ou preços de exportação e importação. Os índices mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (a taxa de inflação ou de deflação).

Como exemplo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 3.006,47 em novembro de 2009 e 3.017,59 em dezembro de 2009 (a data-base, correspondente a um índice igual a 100, refere-se a dezembro de 1993). Desses dados se conclui que a taxa de inflação em dezembro de 2009 foi de 0,37% e que a inflação acumulada entre dezembro de 1993 e dezembro de 2009 atingiu 2.917,59%, isto é, os preços medidos por este indicador ficaram 30,1759 vezes maiores no período.

Há uma série de elementos implícitos nas medidas de inflação ao consumidor, destacando-se:

- A região/cidade e a faixa de renda da população coberta;
- A pesquisa de orçamentos familiares (POF), que identifica a cesta de consumo da população da região/cidade e da faixa de renda selecionada;
- A metodologia empregada no cálculo, de forma a combinar em única medida estatística a variação do preço do conjunto de bens e dos serviços pesquisados;
- A definição da periodicidade e das fontes para a coleta de preços (tipo e tamanho de pontos comerciais, coletas de informações de preços de serviços e aluguéis, entre outras).

2. Por que existem tantos índices de preços no Brasil?

Os diversos índices de preços foram construídos ao longo do tempo com diferentes finalidades. O IPC-Fipe, por exemplo, foi criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo com o objetivo de reajustar os salários dos servidores municipais. O IGP-M foi criado para ser usado no reajuste de operações financeiras, especialmente as de longo prazo, e o IGP-DI para balizar o comportamento dos preços em geral da economia. O INPC é o índice balizador dos reajustes de salário, enquanto o IPCA corrige os balanços e demonstrações financeiras trimestrais e semestrais das companhias abertas, além de ser o medidor oficial da inflação no país. Apesar dessa variedade, os índices calculados no país se classificam em três grupos principais: os índices de preços ao consumidor de cobertura nacional, apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (<http://www.ibge.gov.br>); os índices gerais de preços apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (<http://www.fgv.br>) e o índice de preços ao consumidor de São Paulo, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipe.com>).

3. Quais são esses índices?

- Os índices do IBGE incluem o IPCA e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
- Os índices gerais da FGV incluem o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), além de seus componentes: o Índice de Preços por Atacado (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC);
- Por fim, o índice da Fipe é o Índice de Preços ao Consumidor em São Paulo (IPC-Fipe).

Existem índices cujo período de coleta não corresponde ao mês cheio, como o IGP-10 e o IGP-M, que são construídos do mesmo modo que o IGP-DI, mas com períodos de coleta diferentes. Da mesma forma acontece com o IPCA-15 em relação ao IPCA.

A Tabela 1 resume as características dos índices de preços mais frequentemente referidos no Brasil.

Tabela 1
Características dos Principais Índices de Preços

| Instituto | Índice | Índices Componentes | Faixa de Renda | Área de Abrangência | Coleta | Divulgação | Início da Série |
|-----------|----------|---------------------|--|-----------------------------------|---|---|-----------------|
| IBGE | IPCA-15 | não há | 1 a 40 SM | 11 maiores Regiões Metropolitanas | Dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência | Até o dia 25 do mês de referência | 2000 |
| | IPCA | | 1 a 6 SM | | Dia 1º ao dia 30 do mês de referência | Até o dia 15 do mês subsequente | 1979 |
| | INPC | | | | | | |
| FGV | IGP-10 | IPA IPC INCC | 1 a 33 SM no IPC, que é computado juntamente com Índices de Preços no Atacado (IPA) e na Construção Civil (INCC) | 12 maiores Regiões Metropolitanas | Dia 11 do mês anterior ao dia 10 do mês de referência | Até o dia 20 do mês de referência | 1994 |
| | IGP-M | IPA IPC INCC | | | Dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência 1ª Prévia dia 21 a 30 2ª Prévia dia 21 a 10 | Até o dia 30 do mês de referência 1ª Prévia - até dia 10 2ª Prévia - até dia 20 | 1989 |
| | IGP-DI | IPA IPC INCC | | | Dia 1º ao dia 30 do mês de referência | Até o dia 10 do mês subsequente | 1944 |
| Fipe | IPC-Fipe | não há | 1 a 20 SM | Município de São Paulo | Dia 1º ao dia 30 do mês de referência | Até o dia 10 do mês subsequente | 1939 |

Fontes: IBGE, FGV e Fipe.

4. Qual a importância dos principais índices de preços?

- O IPCA é o índice mais relevante do ponto de vista da política monetária, já que foi escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como referência para o sistema de metas para a inflação implantado em junho de 1999;
- O INPC é um índice muito utilizado em dissídios salariais, pois mede a variação de preços para quem está na faixa salarial de até 6 salários mínimos;

- O IGP-DI é um índice bastante tradicional (sua história remonta a 1944). Atualmente, é utilizado contratualmente para a correção de determinados preços administrados. Até 2005, por exemplo, esse índice servia como referência para o reajuste das tarifas de telefonia fixa, que em janeiro de 2006 passaram a ser corrigidas pelo IST (Índice de Serviços de Telecomunicação), composto por uma combinação de outros índices, dentre eles: IPCA, INPC, IGP-DI e IGP-M;
- O IGP-M é o índice mais utilizado como indexador financeiro, inclusive para títulos da dívida pública federal (NTN-C). Também é usado na correção de alguns preços administrados, como, por exemplo, energia elétrica;
- O IPC-Fipe, apesar de restrito ao município de São Paulo, tem peculiaridades metodológicas e de divulgação (os resultados quadrissemanais) que reforçam sua importância.

5. Em termos históricos, quando e por que se deu a multiplicação de índices usados no País?

O IGP-DI representou durante décadas a medida de inflação oficial do País, tendo sido amplamente usado inclusive como índice de correção monetária. Trata-se de um índice híbrido (isto é, combina em sua construção e apuração preços no atacado e no varejo). Essa é uma prática rara no mundo, onde os índices de preços se referem, em geral, a preços ao consumidor ou a preços ao produtor. Assim, com o aumento da inflação na passagem das décadas de 70 e 80, e as múltiplas regras então vigentes para correção de valores de ativos financeiros, da taxa de câmbio, salários, aluguéis e contratos em geral, outros índices ganharam relevância. Foi o caso do INPC, por longo tempo usado como parâmetro de reajuste nos dissídios salariais.

O agravamento do processo inflacionário brasileiro, a partir de 1983, tornou a questão de medir a inflação ainda mais complexa. A adoção dos diversos planos de estabilização econômica foi geralmente acompanhada pela revisão das regras de indexação e por mudanças nas medidas de inflação, incluindo alterações na metodologia de cálculo, no período de coleta, expurgos de itens ou até mesmo a descontinuidade de apuração de determinados índices. A necessidade do mercado em contar com um índice divulgado no último dia do mês para correção de contratos referentes a operações financeiras e correção de balanços, por exemplo, motivou a criação do IGP-M. Por essa razão, a coleta de preços é feita entre o dia 21 do mês anterior ao de referência e o dia 20 do mês de referência.

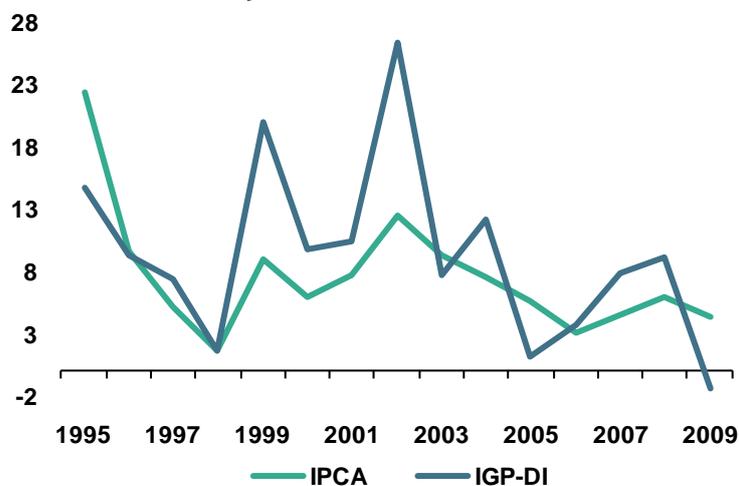
6. Por que a questão dos índices de preços ganhou tanto destaque nos últimos anos?

No decorrer de sua implantação, em julho de 1994, o Plano Real promoveu ampla desindexação da economia, contribuindo para que a discussão sobre as várias medidas de inflação perdesse importância relativa. A partir de 1999, entretanto, essa questão voltou a ganhar destaque em função de três fatores: (i) a adoção de um regime monetário de metas para a inflação; (ii) o forte realinhamento de preços relativos provocado pela depreciação continuada da moeda brasileira no período 1999-2003; e (iii) a persistência de regras de indexação na economia, em particular para os chamados preços administrados por contrato, estabelecidos pelo processo de privatização.

Na prática, a adoção do regime de metas para a inflação obrigou o BC, na condução da política monetária, a buscar o máximo possível de informações

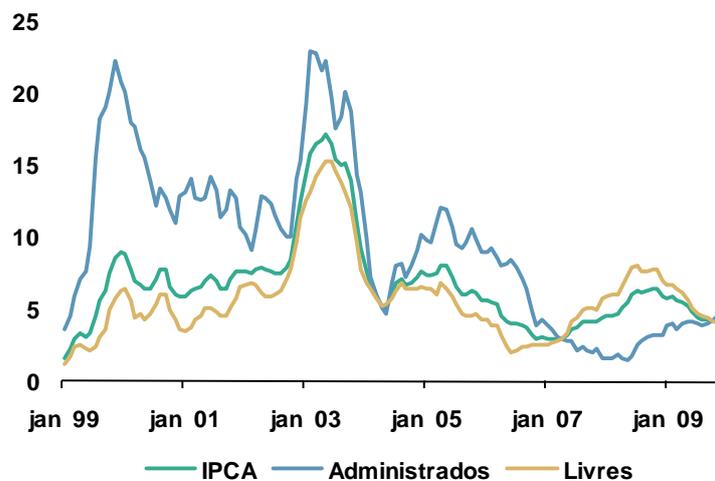
sobre a inflação corrente e sua tendência, e sobre as expectativas para as várias medidas de inflação. Por seu turno, tendências de depreciação cambial ou de apreciação cambial, que podem ocorrer em um regime de câmbio flutuante em diferentes períodos de tempo, podem produzir um descasamento temporário dos diversos índices de preços, em particular entre os IGP's e o IPCA, conforme verificado no Gráfico 1. Isso decorre da maior participação relativa dos bens comercializáveis ou *tradables* nos IGP's, comparativamente aos índices de preços ao consumidor. Por fim, na medida em que muitos dos preços administrados por contrato têm correção baseada nos IGP's, o reajuste desses preços pode também descasar temporariamente da variação dos preços formados em mercado ou "livres", como comprova o Gráfico 2.

Gráfico 1
IPCA e IGP-DI
Variações Anuais - 1995-2009



Fontes: IBGE e FGV

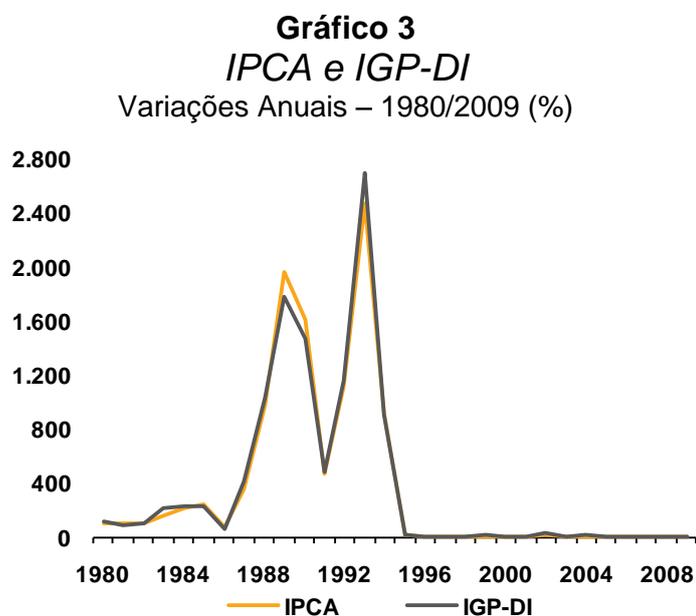
Gráfico 2
IPCA, Preços Administrados e Preços Livres
Variação em 12 Meses (%)



Fonte: BCB

7. Em prazo mais longo, como se comparam as evoluções do IPCA e do IGP-DI?

O Gráfico 3 apresenta as variações anuais do IPCA e do IGP-DI desde 1980, com os correspondentes dados nas Tabelas 2 e 3. Observa-se a forte convergência na evolução dos índices. Com efeito, a variação média do IGP-DI, entre 1980 e 2009, situou-se em 147,10% ao ano, 3,5 pontos percentuais superior à variação média do IPCA.



Fontes: IBGE e FGV

Tabela 2
IPCA e IGP-DI
Variação Anual 1980–2009 (%)

| Ano | IPCA | IGP-DI | Ano | IPCA | IGP-DI |
|------|----------|----------|------|-------|--------|
| 1980 | 99,28 | 110,25 | 1995 | 22,41 | 14,77 |
| 1981 | 95,65 | 95,20 | 1996 | 9,56 | 9,33 |
| 1982 | 104,80 | 99,71 | 1997 | 5,22 | 7,48 |
| 1983 | 164,00 | 210,98 | 1998 | 1,66 | 1,71 |
| 1984 | 215,28 | 223,81 | 1999 | 8,94 | 19,99 |
| 1985 | 242,25 | 235,13 | 2000 | 5,97 | 9,80 |
| 1986 | 79,66 | 65,04 | 2001 | 7,67 | 10,40 |
| 1987 | 363,41 | 415,87 | 2002 | 12,53 | 26,41 |
| 1988 | 980,22 | 1.037,53 | 2003 | 9,30 | 7,67 |
| 1989 | 1.972,91 | 1.782,85 | 2004 | 7,60 | 12,14 |
| 1990 | 1.620,97 | 1.476,71 | 2005 | 5,69 | 1,22 |
| 1991 | 472,69 | 480,17 | 2006 | 3,14 | 3,79 |
| 1992 | 1.119,09 | 1.157,84 | 2007 | 4,46 | 7,89 |
| 1993 | 2.477,15 | 2.708,39 | 2008 | 5,90 | 9,11 |
| 1994 | 916,43 | 909,67 | 2009 | 4,31 | -1,43 |

Fontes: IBGE e FGV

Tabela 3
IPCA e IGP-DI

Varição Média Anual por Período (%)

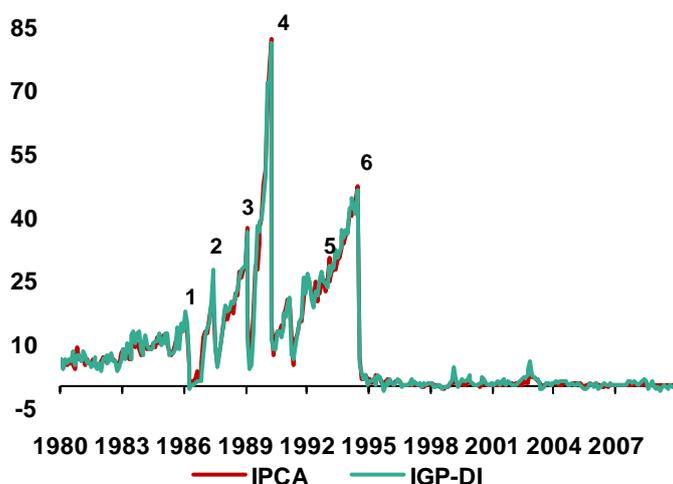
| Período | IPCA | IGP-DI |
|---------|--------|--------|
| 1980-89 | 265,38 | 271,77 |
| 1990-99 | 270,84 | 274,11 |
| 2000-09 | 6,63 | 8,47 |
| 1980-09 | 143,56 | 147,10 |

Fonte: BCB

O Gráfico 4 exibe as variações mensais do IPCA e do IGP-DI entre janeiro/1980 e dezembro/2009. Os números constantes do gráfico identificam os planos anti-inflacionários nas duas últimas décadas: (1) Plano Cruzado, (2) Plano Bresser, (3) Plano Verão, (4) Plano Collor, (5) Plano Collor II e (6) Plano Real. Como se nota, nas cinco primeiras tentativas de estabilização da economia brasileira, ocorreram quedas bruscas da inflação, seguidas de retornos rápidos e em níveis cada vez mais altos. O efetivo controle do processo só ocorreu com o Plano Real.

Gráfico 4
IPCA e IGP-DI

Varição Mensal – jan/80 – dez/09 (%)



Fontes: IBGE e FGV

8. Como o IBGE calcula seus índices?

A coleta de preços para o IPCA e o INPC cobre as nove maiores regiões metropolitanas do País (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo), além do Distrito Federal e do município de Goiânia. O índice nacional é calculado a partir da agregação dos índices regionais. A variável de ponderação do INPC é a "população residente urbana", enquanto no caso do IPCA se considera o "rendimento total urbano". Em julho de 2006, o INPC e o IPCA passaram a ser calculados tendo por base as ponderações obtidas a partir dos resultados da Pesquisa de Orçamentos

Familiares - POF, realizada pelo IBGE de julho de 2002 a julho de 2003. Os pesos regionais estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4
IPCA e INPC - Ponderação dos Índices Metropolitanos
(%)

| Região | INPC | IPCA |
|----------------|---------------|---------------|
| Belém | 6,94 | 4,15 |
| Belo Horizonte | 11,08 | 10,83 |
| Brasília | 2,26 | 3,37 |
| Curitiba | 7,16 | 7,42 |
| Fortaleza | 6,39 | 3,87 |
| Goiânia | 5,11 | 3,73 |
| Porto Alegre | 7,54 | 8,92 |
| Recife | 7,13 | 4,11 |
| Rio de Janeiro | 10,16 | 13,68 |
| Salvador | 10,59 | 6,86 |
| São Paulo | 25,64 | 33,06 |
| Soma | 100,00 | 100,00 |

Fonte :IBGE

Como ressaltado na Tabela 1, o IPCA e o INPC cobrem diferentes faixas de renda. O INPC se restringe a assalariados com renda entre 1 e 6 salários mínimos, enquanto o IPCA compreende rendas familiares de qualquer natureza até 40 salários mínimos.

A pesquisa de preços do IBGE está subdividida nos seguintes grupos principais: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. O peso relativo de cada grupo é reestimado mensalmente, considerando-se a cesta de consumo na data-base e a variação relativa dos preços dos bens e serviços do grupo. A Tabela 5 apresenta os pesos por grupos em dezembro de 2009.

Tabela 5
IPCA e INPC - Ponderação dos Grupos de Produtos
(dezembro 2009 - %)

| Grupo | IPCA | INPC |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Alimentação e bebidas | 22,56 | 29,62 |
| Habitação | 13,36 | 16,26 |
| Artigos de residência | 4,19 | 5,17 |
| Vestuário | 6,72 | 8,06 |
| Transportes | 19,24 | 16,34 |
| Saúde e cuidados pessoais | 10,87 | 9,20 |
| Despesas pessoais | 10,20 | 7,17 |
| Educação | 7,08 | 3,12 |
| Comunicação | 5,79 | 5,07 |
| Soma | 100,00 | 100,00 |

Fonte: IBGE

A coleta de preços é realizada em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (nesse último caso, para apuração do valor de aluguéis e despesas de condomínio). O preço coletado é o valor de venda à vista. Os preços são coletados durante o mês civil e os índices divulgados no início do segundo decêndio do mês seguinte.

Além do IPCA, o IBGE também apura o IPCA-15. Este índice é calculado da mesma forma que o IPCA, mas com o período de coleta adiantado em 15 dias (isto é, computando-se do 16º dia do mês anterior até o 15º dia do mês corrente) e sua divulgação ocorre por volta do dia 25 de cada mês. Por razões históricas, o IBGE também divulga o IPCA-E trimestralmente, que a rigor é o mesmo índice do IPCA-15, mas com uma base de dados mais longa, recuando a 1991. Esse índice foi especialmente criado para a correção da UFIR e a partir de dezembro de 1994 passou a ser divulgado trimestralmente.

Para maiores informações sobre a metodologia de cálculo desses índices, visite a página do IBGE na internet e siga o caminho <http://www.ibge.gov.br> => indicadores => preços => INPC/IPCA.

9. Como a FGV calcula seus índices?

O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), criado em 1951, é responsável pelo levantamento dos dados que servem de base para o cálculo dos IGPs (IGP-DI, IGP-M e IGP-10). A diferença entre os três índices se resume às datas de coleta de preços e divulgação dos resultados apurados. O IBRE divulga também o IGP-OG (Oferta Global), que se distingue do IGP-DI pela maior/menor participação de bens exportados/importados nos respectivos IPAs.

Cada IGP é uma média ponderada de outros índices: o IPA, com peso de 60%, o IPC, com peso de 30%, e o INCC, com peso de 10%. A definição dos pesos, estabelecida quando da implantação do cálculo do índice, foi justificada com base no objetivo de reproduzir aproximadamente o valor adicionado de cada setor (atacado, varejo e construção civil) no PIB, àquela época. Para maiores informações sobre a metodologia de cálculo, acesse http://www.fgv.br/dgd/asp/dsp_IGP.asp.

10. O que são as prévias do IGP-M?

O IGP-M “cheio” (ou “fechado”, isto é, referente a todo período de sua apuração) é publicado até o dia 30 de cada mês, computando-se a variação de preços ocorrida entre o 21º dia do mês anterior até o 20º dia do mês a que se refere o índice. Esse índice tem como principal destino o mercado financeiro.

Além disso, são feitas duas apurações prévias dos resultados do IGP-M, divulgadas até os dias 10 e 20 do mesmo mês. É importante destacar que os resultados das prévias não podem ser comparados entre si, nem ambos em relação ao resultado mensal do índice, mas sim encadeados (diferentemente dos resultados quadrissemanais do IPC-Fipe). Isso porque os resultados da primeira prévia referem-se à variação de preços ocorrida nos dez primeiros dias do período coberto pelo índice cheio, isto é, ao período que vai do 21º ao 30º dia do mês anterior. Da mesma forma, os resultados da segunda prévia referem-se aos vinte primeiros dias do período de apuração do IGP-M cheio. Portanto, o resultado da segunda prévia incorpora aquele da primeira prévia, assim como o resultado final incorpora o resultado da segunda prévia.

11. Como é calculado o IPA?

O IPA é um índice de preços no atacado de abrangência nacional. Além do índice geral, o IPA desdobra-se em outros subíndices, divididos em dois conjuntos:

- segundo a origem de produção: agrícola, com peso de 24,7%, e industrial (incluindo extrativa mineral e de transformação), com peso de 75,3%;
- segundo o destino ou uso: bens finais (33,7%), bens intermediários (41,5%), e matérias-primas brutas (24,8%);

O sistema de ponderações do IPA é construído em dois níveis. Inicialmente, ponderam-se as séries Produtos Agropecuários, Indústria Extrativa Mineral e Indústria de Transformação de acordo com as participações médias destas atividades no Valor Adicionado Bruto, calculado pelo IBGE no âmbito das Contas Nacionais. A ponderação da série IPA - Produtos Industriais é obtida pela soma das séries Indústria Extrativa Mineral e Indústria de Transformação. As ponderações atualmente em vigor, introduzidas em março de 2009, têm por base a média de 2004 a 2006.

A coleta de preços obedece a dois critérios, aplicados para os produtos agropecuários e industriais. Na pesquisa de preços de produtos agropecuários, as cotações são levantadas de forma eletrônica de boletins diários do Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola (SIMA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No caso dos produtos industriais, os preços são coletados por meio de pesquisa telefônica junto a empresas de destaque no fornecimento de cada item, tomando-se como base os valores constantes em suas listas de preços.

12. Como é calculado o IPC da FGV ?

Até 1989, o IPC era calculado apenas para a cidade do Rio de Janeiro, abrangendo famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos. A partir de janeiro de 1990, cedeu lugar ao IPC-Br, calculado para o extrato de famílias com renda entre 1 e 33 salários mínimos, que voltou a ser referido apenas como IPC algum tempo mais tarde. Sua pesquisa de preços se desenvolve diariamente, cobrindo sete das principais capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília.

As estruturas de ponderação expressam, em termos percentuais, a importância monetária dos bens e serviços componentes da amostra do IPC (Tabela 6).

Tabela 6
IPC- Ponderação dos Índices Metropolitanos
(%)

| Região | Peso |
|----------------|---------------|
| São Paulo | 42,13 |
| Rio de Janeiro | 25,15 |
| Salvador | 10,48 |
| Belo Horizonte | 9,61 |
| Recife | 6,11 |
| Porto Alegre | 5,67 |
| Brasília | 0,85 |
| Soma | 100,00 |

Fonte: FGV

O índice geral é composto por sete grupos: alimentação; habitação; vestuário; saúde e cuidados pessoais; educação; leitura e recreação; transportes e despesas diversas. A cesta de consumo, a partir da qual se definiram os bens incluídos no índice e sua respectiva ponderação, foi selecionada da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, elaborada pelo IBRE no biênio 2002/2003. Desde 2003, a FGV vem divulgando o IPC-S (semanal), a exemplo dos indicadores quadrissemanais do IPC-Fipe. No sistema de apuração do IPC há também um conjunto de índices especiais, o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) e o Índice de Preços ao Consumidor Classe 1 (IPC-C1). O primeiro mede a variação de preços de bens e serviços destinados às famílias compostas, majoritariamente, por indivíduos com mais de 60 anos de idade, enquanto o segundo é um indicador mensal que mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços para famílias com renda entre 1 e 2,5 salários mínimos mensais.

13. Como é calculado o INCC?

O INCC mede a evolução mensal de custos de construções habitacionais, a partir da média dos índices de sete capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília). A lista de itens componentes do INCC e respectivos pesos atualizados é feita com base em orçamentos de edificações previstas pela ABNT (materiais e equipamentos, serviços e mão-de-obra). Além do índice geral, o INCC desdobra-se em dois grupos: mão-de-obra (16 itens) e de materiais, equipamentos e serviços (51 itens).

14. Como a Fipe calcula seus índices?

O IPC-Fipe, calculado para a faixa de renda entre 1 e 20 salários-mínimos, é o índice de preços com série histórica mais longa, com início em janeiro de 1939. Apesar de se restringir ao município de São Paulo, corresponde a cerca de 35% dos IPCs nacionais, devido à grande representatividade de São Paulo na economia nacional.

Metodologicamente, este índice apresenta algumas singularidades. Uma delas refere-se ao cálculo de variações quadrissemanais de preços, em que a média dos preços computada em um grupo de quatro semanas consecutivas é comparada com a média dos preços referente às quatro semanas consecutivas anteriores.

O sistema de pesos foi alterado pela última vez com base em pesquisa de orçamentos familiares realizada em 1998/99, cujos resultados foram incorporados

às coletas de preços a partir de janeiro de 2000. O atual sistema contempla os seguintes grupos e respectivos pesos: Alimentação (22,7%), Habitação (32,8%), Despesas Pessoais (12,3%), Vestuário (5,3%), Transportes (16,0%), Saúde (7,1%) e Educação (3,8%).

15. Existem outros índices de preços?

Há diversos outros índices de preços além dos mencionados, geralmente vinculados a cidades/regiões específicas do País ou a atividades setoriais. Destacamos a cesta básica nacional, calculada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a cesta básica de São Paulo, divulgada pela Fundação de Proteção ao Consumidor (Procon) em convênio com o Dieese, e o Índice de Custo de Vida (ICV) de São Paulo, também apurado pelo Dieese.

A pesquisa da cesta básica nacional (<http://www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.xml>) abrange todo o território nacional e acompanha a evolução de treze produtos de alimentação básica.

A pesquisa da cesta básica em São Paulo (<http://www.procon.sp.gov.br>) teve início em 1989, com a coleta diária de preços e marcas dos produtos de um conjunto de bens definido com base no consumo de uma família paulistana padrão. Atualmente, é realizada em 70 supermercados do município, com o correspondente índice sendo composto por 31 produtos.

O ICV do Dieese (<http://www.dieese.org.br/rel/icv/icv.xml>) é calculado desde outubro de 1958 no município de São Paulo e usado como termômetro em negociações salariais. Baseia-se atualmente em pesquisa de orçamentos familiares efetuada em 1994/95, e os dados são estratificados para três faixas de renda, além do índice geral.

16. O que é o núcleo de inflação? Como é calculado?

O cálculo do núcleo da inflação objetiva a obtenção de uma medida menos volátil do que os índices tradicionais. Essa é uma medida que permite uma visão do comportamento geral dos preços que exclua ou atribua menor peso na composição do índice dos aumentos sazonais e circunstanciais, provocado por fatores temporários ou casuais.

Núcleos de inflação podem ser indicadores úteis aos bancos centrais na condução da política monetária, e particularmente para os países que adotam o regime de metas para a inflação. O Banco Central do Brasil, por exemplo, persegue uma meta medida pela variação de um índice pleno (IPCA), ao mesmo tempo em que utiliza medidas de núcleo como parte de um amplo conjunto de informações no qual baseia o processo decisório da política monetária. Essas medidas de núcleo são divulgadas periodicamente nos documentos oficiais do Comitê de Política Monetária (Copom).

A partir da publicação do Relatório de Inflação de dezembro de 2009, o Banco Central anunciou um novo conjunto de medidas de núcleo de inflação associadas ao IPCA, que passou a ser representado pelo núcleo de médias aparadas com

suavização (IPCA-MS), o núcleo por exclusão (IPCA-EX) e o núcleo de dupla ponderação (IPCA-DP)¹.

Na construção do IPCA-MS, a metodologia elimina as 20% maiores e as 20% menores variações mensais dos preços e recalcula a média ponderada utilizando apenas a parte central da distribuição, levando em conta o peso original de cada item.

Por sua vez, no cálculo do IPCA-EX, a metodologia utilizada considera critérios econômicos, além de critérios estatísticos. A rigor, o processo leva em conta a idéia básica de excluir os itens que apresentam, de maneira consistente, maiores volatilidades ao longo da amostra utilizada. O procedimento também considera que o fato de um item pertencer ao conjunto de “Preços Administrados por Contrato e Monitorados” (ex: Combustíveis, Energia Elétrica Residencial, Transporte Público, Combustíveis para Veículos, Cursos, Comunicação, dentre outros) não constitui condição suficiente para sua exclusão, já que o reajuste desses preços segue regras diferentes daquelas que prevalecem para os preços de mercado, sendo preços pouco flexíveis para redução.

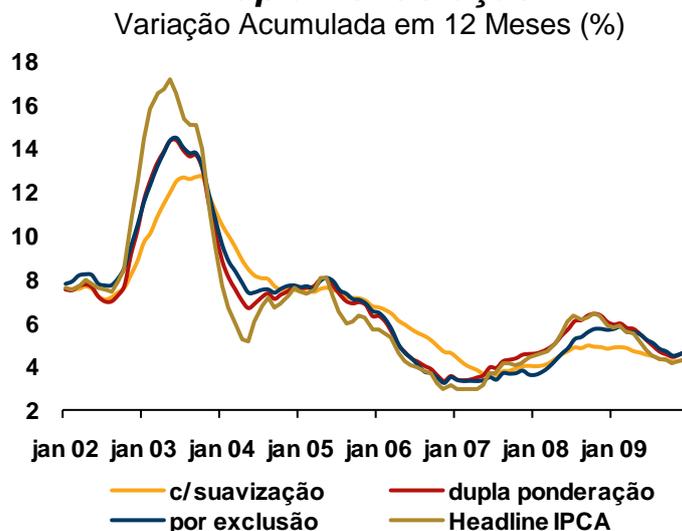
Para a obtenção da terceira medida, o IPCA-DP, os pesos originais – baseados na importância de cada item na cesta que compõe o IPCA – são reponderados levando em consideração o respectivo grau de volatilidade relativa, isto é, a volatilidade do item ajustada pela volatilidade do IPCA pleno. Assim, quanto maior a volatilidade relativa de um componente, menor será o seu peso no cálculo do núcleo. Cabe destacar, entretanto, que, diferentemente do que ocorre no caso do IPCA-EX e do IPCA-MS, o IPCA-DP não exclui os itens mais voláteis, apenas reduz sua importância.

O Gráfico 5 mostra a variação em doze meses da inflação e das três medidas de núcleo de inflação descritas acima. Uma análise preliminar sugere que o IPCA-EX apresenta a dinâmica com melhor aderência ao índice pleno. A despeito dessa evidência, cabe destacar que a experiência internacional e a literatura suportam a avaliação de que é importante analisar um conjunto variado de medidas de núcleo, em vez de focar em medidas específicas, já que, na prática, não se consegue especificar um núcleo que seja superior em todos os critérios de avaliação.

¹ O boxe “**Metodologia do Novo Conjunto de Medidas de Núcleo de Inflação**”, publicado no Relatório de Inflação de dezembro de 2009, descreve a metodologia utilizada para a construção de cada um desses núcleos (<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2009/12/ri200912b7p.pdf>).

Gráfico 5

IPCA e Núcleos por Médias Aparadas, por Exclusão e Dupla Ponderação



Fonte: BCB

Diversos outros procedimentos, envolvendo cálculos de núcleos de índices de preços, podem ser utilizados. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por exemplo, calcula a tendência da inflação baseado em um modelo de redução de volatilidade, combinando duas técnicas, de médias aparadas e de suavização exponencial. Para maiores detalhes, acesse <http://www.ipea.gov.br>. A FGV apura o núcleo do IPC-Br utilizando o método de médias aparadas simétricas (20% em cada cauda), com preços específicos suavizados ao longo de 12 meses.

Para maiores informações sobre as várias medidas de núcleo, consulte, na série de Trabalhos para Discussão do Banco Central, o estudo “*Evaluating Core Inflation Measures For Brazil*”, de Francisco Figueiredo, em inglês, em <http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=316&codP=769&idioma=P>.

17. Onde posso obter as séries históricas mencionadas neste documento?

Para encontrar as séries de dados e atualizar todos os gráficos e tabelas aqui expostos, pode-se recorrer às *Séries Temporais* disponíveis na página do Banco Central na internet, em <http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>, seleção por assunto => Atividade econômica => Preços.

Um recurso oferecido na página do Banco Central na internet é a "calculadora do cidadão", facilidade que permite atualizar valores nominais por diversos índices de preços. Para consultar, acesse <http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?cod=280&Perfil=2&codP=0&idioma=P>.

O Banco Central também disponibiliza planilhas em Excel com os principais indicadores econômicos em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Os índices de preços encontram-se no Capítulo I – Conjuntura Econômica.

Série “Perguntas Mais Frequentes”
Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
2. Índices de Preços
3. Copom
4. Indicadores Fiscais
5. Preços Administrados
6. Gestão da Dívida Mobiliária e Operações de Mercado Aberto
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro
8. Contas Externas
9. Risco-País
10. Regime de Metas para a Inflação no Brasil
11. Funções do Banco Central do Brasil

Diretor de Política Econômica

Mário Mesquita

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques
Carolina Freitas Pereira Mayrink
César Viana Antunes de Oliveira
Henrique de Godoy Moreira e Costa
Luciana Valle Rosa Roppa
Maria Cláudia Gomes P. S. Gutierrez
Márcio Magalhães Janot

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Criação e editoração:

Secretaria de Relações Institucionais
Brasília-DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do
Banco Central do Brasil